



*Aferenda para a  
dele para que se  
realize o referendo  
pode ser, se for  
aprovado.  
Lp2, 15/6/2010  
W.*

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão Assuntos  
Constitucionais, Direitos, Liberdades  
e Garantias

N. Refª: 219-360778/XI  
Data: 9 de Junho de 2010

Assunto: Exercício do agendamento potestativo do PEV em Comissão

Exmo. Senhor Presidente,

O Grupo Parlamentar "Os Verdes", ao abrigo do nº 4 do artigo 104º e do anexo II do Regimento da Assembleia da República, vem requerer potestativamente a presença do Senhor Ministro da Justiça, na 1ª Comissão, a que V. Exa. preside, para debater a "Localização e autorização dada para despesa destinada à adjudicação da empreitada de construção do estabelecimento prisional de Lisboa e Vale do Tejo".

Respeitosos cumprimentos,

A Presidente do Grupo Parlamentar "Os Verdes"

*[Handwritten signature]*  
Heloísa Apolónia

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Divisão de Apoio às Comissões  
CACDLG  
N.º Único 360778  
Entredo/Seído n.º 425 Data: 09/06/2010

*Apresentar o deliberação  
a reunião de  
comissão  
por, 15/6/2010  
Col.*

*Aprovado por unanimidade  
de um recenseio de  
CACDLG de 16.06.2010,  
na ausência do PEU.*



**Bloco de Esquerda**  
**Grupo Parlamentar**

**Ao**  
**Exmo. Senhor Presidente**  
**da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos,**  
**Liberdades e Garantias**  
**Senhor Deputado Osvaldo Castro**

São Bento, 15 de Junho de 2010

Tendo em conta as notícias hoje vindas a público, que revelam que desapareceu o registo de 14721 crimes com recurso a armas de fogo das estatísticas oficiais do Ministério da Justiça, e atendendo à importância da confiança que todos os dados estatísticos têm que apresentar, o Bloco de Esquerda vem por este meio requerer, com carácter de urgência, a presença do ministro da Justiça na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para prestar esclarecimentos aos deputados sobre a matéria em causa.

A deputada do Bloco de Esquerda

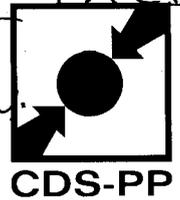
*Helena Pinto*

(Helena Pinto)

<b>ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA</b>	
Divisão de Apoio às Comissões CACDLG	
N.º Único	<b>361386</b>
Entrada/Série n.º	<b>445</b> Data: <b>15.06.2010</b>

Grupo Parlamentar de 16.06.2010,  
ausência de P&A.

Aprovado por unanimidade  
na reunião de CACDLG  
na



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
15/6/2010

Exm.º Senhor  
Presidente da Comissão de Assuntos  
Constitucionais, Direitos, Liberdades e  
Garantias:

Exm.º Senhor Deputado,

De acordo com notícias divulgadas na imprensa de hoje, o Ministério da Justiça terá procedido ao apagamento, das estatísticas oficiais constantes da base de dados oficial do Ministério da Justiça, de 14 721 crimes cometidos com armas de fogo desde 2005 até à presente data.

Este facto é de molde a por em causa a credibilidade de vários estudos científicos, e, inclusivamente, de por em causa a sustentação dos próprios relatórios anuais de segurança interna produzidos desde 2005 até 2009.

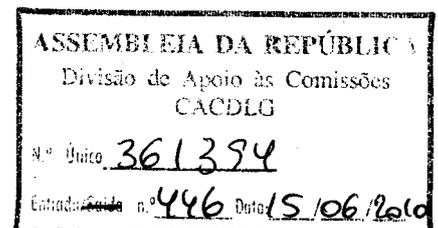
A nosso ver, é suficientemente grave para justificar a presença do Sr. Ministro da Justiça perante esta Comissão, para dar as explicações que se justificam.

Pelo exposto, e ao abrigo do disposto no art. 103º/1, alínea d) do Regimento da Assembleia da República, os Deputados abaixo assinados requerem a V. Exa. se digne solicitar a presença, na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, do Senhor Ministro da Justiça, na data que mais rapidamente possa disponibilizar para o efeito.

Palácio de S. Bento, 15 de Junho de 2010.

Os Deputados,

*Nuno Magalhães*

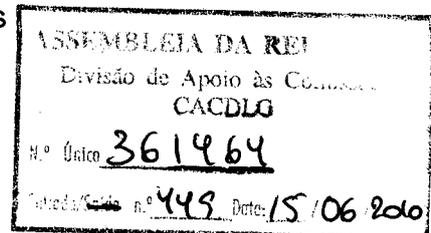




GRUPO PARLAMENTAR

Aprovado por unanimidade  
na reunião de CACDLG  
de 16.06.2010, na ausência  
de PEU.

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Assuntos  
Constitucionais, Direitos, Liberdades  
e Garantias  
Dr. Osvaldo de Castro



Assunto: *Requerimento para audição do Senhor Ministro da Justiça*

De acordo com o que foi hoje divulgado na imprensa, o Governo "apagou" das estatísticas oficiais mais de metade dos registos de crimes com armas de fogo.

A base de dados oficial do Ministério da Justiça (MJ), disponível na Internet, apresentava até há um mês 28 192 entradas para crimes com armas de fogo, de 2005 a 2009. Mas, esta semana, os números eram bem diferentes, na mesma tabela e para o mesmo intervalo de tempo. Havia apenas 13 471 crimes registados para a série estatística de cinco anos.

No espaço de um mês desapareceram 14 721 registos, que foram cirurgicamente retirados à soma dos anos de 2005 a 2009.

Em comunicado de resposta à notícia divulgada, a Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) justificou o "apagão" com a necessidade de "*superar um erro técnico entretanto apurado*", erro este que subsistia "*desde 2005*" e que se prende com a "*duplicação de registos*" – os dados estatísticos fornecidos pela Polícia Judiciária à DGPJ incluem os crimes cometidos com arma de fogo participados pela PSP e pela GNR, e estas forças de segurança também fornecem, de forma autónoma, à DGPJ os mesmos dados.

Esta fundamentação foi, de resto, reiterada pelo Ministério da Justiça em comunicado que o respectivo gabinete dirigiu, por e-mail, à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

GRUPO PARLAMENTAR

Ora, é absolutamente insólito que, desde 2005, tenhamos estatísticas erradas quanto aos crimes cometidos com arma de fogo, o que coincide, por mero acaso, com o ano em que o Governo PS tomou posse e com o ano em que a criminalidade violenta e grave começou a subir.

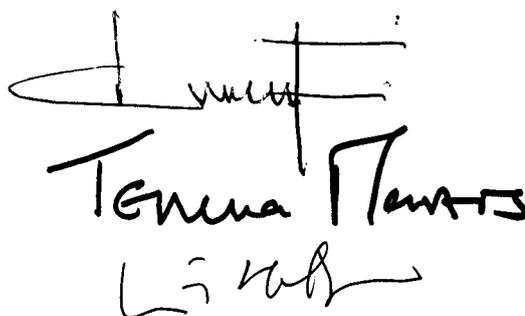
É alarmante que, durante cinco anos a esta parte, tenhamos estado todos equivocados em relação à estatística dos crimes cometidos com arma. E não podemos ignorar que a importância desta estatística motivou, inclusivamente, o anterior Governo PS a aprovar, em pleno Verão de 2008, regimes de detenção e de prisão preventiva excepcionais na Lei das Armas.

Impõe-se, assim, a imediata audição do Senhor Ministro da Justiça, Dr. Alberto Martins, para que este venha à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias esclarecer cabalmente esta situação.

Assim, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PSD requerem a audição, nesta Comissão, do Senhor Ministro da Justiça.

Palácio de São Bento, 15 de Junho de 2010

Os Deputados do PSD,



Teresa Santos  
Lisboa



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Approved for reunification  
in the meeting of CAUDLG  
of 16.06.2010, in the presence  
of PCP.

Exmo. Senhor Presidente da  
Comissão de Assuntos Constitucionais,  
Direitos, Liberdades e Garantias

O Diário de Notícias de hoje, dia 15 de Junho de 2010, deu conta de que, entre o passado mês de Maio de o presente mês de Junho, foram apagados vários milhares de crimes cometidos com armas de fogo das estatísticas do Ministério da Justiça que se encontram disponíveis para consulta através da internet.

Este facto insólito causou grande estranheza, não apenas entre os órgãos de comunicações social e seguramente entre a opinião pública, mas também entre os deputados dos Partidos da Oposição, que exigiram do Ministério da Justiça um rápido e cabal esclarecimento do sucedido. Foi essa a posição publicamente assumida pelo PCP.

Algumas horas depois da denúncia pública do sucedido, o Ministério da Justiça emitiu um comunicado contendo esclarecimentos que não podem ser considerados satisfatórios e que não substituem de forma alguma a necessidade de uma explicação presencial por parte do Sr. Ministro da Justiça.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PCP solicita a marcação urgente de uma reunião para esse efeito.

Com os melhores cumprimentos

Palácio de São Bento, 15 de Junho de 2010

O Deputado  
António Filipe

